



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA – PARÁ.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



PORTARIA N°023/2023
10 de abril de 2023.

**Concede 04 (quatro) diárias
ao servidor que especifica**

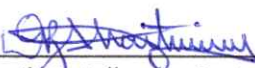
A Secretária Municipal de Educação de Floresta do Araguaia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art.51, inc.VI e considerando a necessidade de afastamento do servidor para missão oficial fora da sede do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a Servidora Municipal, **Leila Cândida de Oliveira**, (Diretora Dep. Compras), a viajar para a Cidade de MARABÁ-PA nos dias 11/04/2023 a 14/04/2023, a serviço da Secretaria de Educação, para participar da Capacitação da Nova Lei de Licitação. Portanto concede 04 (quatro) diárias no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) cada, totalizando valor de 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Floresta do Araguaia, em 10 de abril de 2023.


Danila Botelho dos Santos Martins
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal N° 002 de 01//01/2021





PRISCILLA VIEIRA
ADVOGADA ESPECIALISTA EM LICITAÇÕES

CAPACITAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA/PA

LOCAL: HOTEL SÃO BENTO.

Endereço: Folha 31, Qd 01, Lt 9 e 10 (Avenida VP8), Marabá, 68507-530, Brasil

DIAS: 12, 13 e 14 de abril de 2023.

Horários:

12/04/2023: 08:00h às 12:00h/ 14:00h às 18:00h

13/04/2023: 08:00h às 12:00h/ 14:00h às 18:00h

14/04/2023: 08:00h às 12:00h

Intervalos:

Coffe-breake - 10:00h e 16:00h

Almoço - 12:00h às 14:00h

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 - Aspectos Gerais sobre a nova Lei de Licitações; Conceituação, Governança, Plano de Contratação Anual.

- 1.1 Das definições.
- 1.2 Estudo dos Princípios e Modalidades de Licitação. - Concorrência e Pregão - Descrição do Rito Ordinário. Instrumentos Auxiliares.
- 1.3. Regras de Transição.
- 1.4. Aspectos da Governança.
- 1.5 Agentes da Contratação. Pregoeiro.
- 1.6 Regulamentação;
- 1.7 Plano Anual de Contratação.
- 1.7.1 Apresentação de Modelos e Fluxograma.
- 1.8 Objetivo da licitação.
- 1.9 Fases do Processo.
- 1.10 Dispensa por valor

MÓDULO 2 - Elaboração das principais ferramentas da fase interna - Estudo



PRISCILLA VIEIRA
ADVOGADA ESPECIALISTA EM LICITAÇÕES

Técnico Preliminar e Termo de Referência;

2.1 Instrução do Processo Licitatório. 2.1. Documentos que devem compor a fase preparatória. Matriz de Alocação de Riscos inserta no edital.

2.2 **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.** 2.2.1 Análise dos Requisitos mínimos de um ETP: Requisitos da Contratação. - levantamento de mercado; - descrição detalhada do objeto; justificativas para o parcelamento ou não do objeto. providências para adequação do ambiente do órgão, se necessário; declaração de viabilidade ou não da contratação. 2.2.2 Modelos de ETP;

2.3 **TERMO DE REFERÊNCIA - TR** 2.3.1. Diferenças básicas entre Projeto Básico e Termo de Referência; Requisitos mínimos de um Termo de Referência: descrição do objeto; justificativa e requisitos da contratação; referência ao estudo técnico preliminar. detalhamento dos prazos de execução do objeto; deveres e obrigações da empresa a ser contratada; descrição detalhada das sanções, observadas as condições padrões de penalidades adotadas pelo Tribunal;

MÓDULO 3 - FASE EXTERNA - ELABORAÇÃO DO EDITAL À HOMOLOGAÇÃO;

3.1. Considerações gerais sobre o processo licitatório 3.2 Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e o excesso de Formalismo 3.3. Cláusulas do Instrumento Convocatório. 3.4 Definição dos Requisitos de habilitação 3.5 Definição dos Critérios de aceitabilidade das propostas 3.6 Critérios de Julgamentos das Propostas 3.7 Publicidade do edital 3.8 Alterações no edital

3.9 DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

3.9.1 Manifestação do órgão de assessoramento jurídico. 3.9.2. Elaboração do Parecer Jurídico. 3.9.3. Autorização para divulgação do edital de licitação. Publicidade do edital e da fase preparatória.

IMPUGNAÇÃO/ ESCLARECIMENTO 3.9.4 Conceito 3.9.5 Princípios e Instrumento convocatório 3.9.4 Prazos. Julgamento.

3.10. HABILITAÇÃO

3.10.1 Conceituação - o que muda com a Nova Lei. Princípio da competitividade



PRISCILLA VIEIRA

ADVOGADA ESPECIALISTA EM LICITAÇÕES

- 3.10.2 Sistemática de habilitação na modalidade pregão
- 3.10.3 Habilitação jurídica
- 3.10.4 Regularidade Fiscal e Social e Trabalhista.
- 3.10.5 Regularidade Fiscal e Quitação fiscal
- 3.10.6 Documentos comprobatórios de regularidade fiscal
- 3.10.7 Certidões obtidas na internet
- 3.10.8 A Comprovação de regularidade fiscal pelas microempresas e empresa de pequeno porte
- 3.10.9 Qualificação Técnica
- 3.10.10 Considerações gerais
- 3.10.11 Atestados de Capacidade Técnica operacional e profissional
- 3.10.12 Exigências de quantitativos mínimos
- 3.10.13 Somatórios de quantitativos havidos em mais de um atestado
- 3.10.14 Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades
- 3.10.15 Outras exigências previstas em lei
- 3.10.16 Qualificação econômico- financeira
- 3.10.17 Considerações Gerais
- 3.10.18 Balanço Patrimonial
- 3.10.19 Índices Contábeis
- 3.10.20 Certidão Negativa de Falência, de concordata e execução patrimonial
- 3.10.21 Garantia
- 3.10.22 Capital social e patrimônio líquido mínimo
- 3.10.23 Relação de compromissos

3.11.DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES.

- 3.11.1. Prazo Mínimo para Apresentação das Propostas e Lances.
- 3.11.2. Princípio do Julgamento objetivo
- 3.11.3. Modos de Disputa. - aberto, fechado, fechado e aberto, aberto e fechado.
- 3.11.4 Lances Intermediários.
- 3.11.5 Reinício da disputa. Intervalo mínimo de valores entre lances.
- 3.11.6. Garantia de Proposta.
- Fase de julgamento das proposta. Critérios de Desempate.
- 3.11.8. Análise da aceitabilidade
- 3.11.9 Amostras
- 3.11.10 Desclassificação de Propostas
- 3.11.11 Inexequibilidade de propostas
- 3.11.12 Valores Excessíveis
- 3.11.13 Consequências de desclassificação das propostas
- 3.11.14 Correção das Propostas



PRISCILLA VIEIRA

ADVOGADA ESPECIALISTA EM LICITAÇÕES

3.11.15 Negociação.

3.12 RECURSOS

3.12.1 Recurso administrativo - Direito à decisão

3.12.2 Recursos da Lei 14.133/2021 Recurso Hierárquico

3.12.3 Intimação do Interessado

3.12.4 Efeito suspensivo do recurso

3.12.5 Contrarrazão do Recurso

3.12.6 Efeito devolutivo do recurso

3.12.7 Pressupostos Recursais

3.12.8 Reconsideração

3.13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO;.Saneamento de irregularidades.
Revogação da Licitação. Anulação. Adjudicação e Homologação da Licitação.

MÓDULO 4. CONTRATOS/GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4.1. MACROPROCESSO

4.1.1 Gerenciamento e Fiscalização do contrato

4.1.2. Gerenciamento de riscos do processo de contratações públicas

4.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.2.1 Gestão contratual

4.2.2. Gestor do contrato

4.3 Fiscalização contratual

4.3.1. O Processo de fiscalização

4.3.2. Designação da comissão de fiscalização

4.3.2.1 Conhecimento técnico

4.3.1.2 Acúmulo de funções

4.3.1.3 Preposto da empresa

4.4. Inicialização da fiscalização

4.5 Repactuação dos Contratos Administrativos

4.6 Causas de Extinção do Contrato.

